

A EDUCAÇÃO INCLUSIVA COMO PRESSUPOSTO PARA A EFETIVAÇÃO DO DIREITO À EDUCAÇÃO

Inclusive Education as a Prerequisite for Realizing the Right to Education

Edna Evangelista Neves Barreto ¹, Edinilson Santos Vieira ²

1 Mestranda em Ciências da Educação Cristã. Christian College of Educaler. E-mail: ednabarreto6520@gmail.com

2 Licenciado em Pedagogia pela Faculdade Regional de Filosofia, Ciências e Letras de Candeias – IESFAC; Licenciado em Física pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Boa Esperança – FAFIBE; Licenciado em Filosofia pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Boa Esperança – FAFIBE. E-mail: president@educaler.org.br

RESUMO

O objetivo deste estudo é analisar a educação inclusiva como instrumento de efetivação do direito à educação no Brasil. Parte-se do entendimento de que a inclusão representa um compromisso ético, social e legal, voltado à garantia da igualdade de oportunidades e da valorização da diversidade. O trabalho aborda a evolução das principais políticas públicas que fundamentam a educação inclusiva, com destaque para a Constituição Federal de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Também enfatiza o papel do professor como agente fundamental na implementação de práticas pedagógicas inclusivas, ressaltando a importância da formação inicial e continuada para o desenvolvimento de competências voltadas ao atendimento das diferentes necessidades dos estudantes. A pesquisa caracteriza-se como qualitativa, baseada em revisão bibliográfica de autores relevantes da área. Os resultados evidenciam que, apesar dos avanços normativos e das políticas públicas implementadas, ainda persistem desafios relacionados à insuficiência de recursos, à infraestrutura escolar e às barreiras atitudinais que comprometem a efetivação da inclusão. Conclui-se que a consolidação de uma educação verdadeiramente inclusiva depende da articulação entre políticas públicas, gestão escolar, formação docente e participação da comunidade, promovendo um ambiente educacional mais democrático, acessível e equitativo.

Palavras-chave: Educação inclusiva. Direito à educação. Políticas públicas. Formação docente. Inclusão escolar.

ABSTRACT

The objective of this study is to analyze inclusive education as an instrument for realizing the right to education in Brazil. It is based on the understanding that inclusion is an ethical, social, and legal commitment aimed at guaranteeing equal opportunities and valuing diversity. The study discusses the evolution of the main public policies that support inclusive education, with emphasis on the 1988 Federal Constitution, the National Education Guidelines and Framework Law (LDB), and the National Policy on Special Education from the Perspective of Inclusive Education. It also emphasizes the teacher's role as a key agent in implementing inclusive pedagogical practices, highlighting the importance of both initial and continuing teacher education for developing the skills needed to address the diverse needs of students. The research adopts a qualitative approach based on a literature review of relevant authors in the field of inclusive education. The findings indicate that, despite significant legislative progress and the implementation of public policies, challenges

remain, particularly regarding limited resources, inadequate school infrastructure, and attitudinal barriers that hinder effective inclusion. It is concluded that the consolidation of truly inclusive education depends on the integration of public policies, school management, teacher training, and community participation, fostering a more democratic, accessible, and equitable educational environment.

Keywords: Inclusive education. Right to education. Public policies. Teacher training. School inclusion.

INTRODUÇÃO

A educação inclusiva constitui um dos principais pilares para a efetivação do direito fundamental à educação, representando um compromisso social, político e ético voltado à garantia da igualdade de oportunidades e do respeito à diversidade no ambiente escolar. Nas últimas décadas, o Brasil avançou significativamente na construção de um arcabouço legal destinado à promoção da inclusão, especialmente a partir da Constituição Federal de 1988, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996), da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Esses instrumentos reconhecem que todas as pessoas têm direito ao acesso, à permanência, à participação e à aprendizagem em instituições de ensino regulares, sem qualquer forma de discriminação.

Embora os avanços legislativos tenham contribuído para ampliar o acesso de estudantes com deficiência às escolas comuns, a concretização da educação inclusiva ainda enfrenta desafios relacionados à organização das instituições de ensino, à formação dos profissionais da educação, à disponibilidade de recursos pedagógicos e tecnológicos, à acessibilidade e à superação de barreiras atitudinais. Nesse contexto, a inclusão ultrapassa a simples matrícula dos estudantes, exigindo a construção de práticas pedagógicas capazes de atender às diferentes necessidades de aprendizagem, promovendo a participação ativa de todos os alunos e valorizando a diversidade como elemento constitutivo do processo educativo. Conforme destaca Mantoan (2003), a escola inclusiva demanda a reconstrução de suas práticas pedagógicas e de sua organização institucional, de modo que todos os estudantes possam desenvolver plenamente suas potencialidades.

A relevância deste estudo justifica-se pela necessidade de ampliar as discussões sobre a efetivação da educação inclusiva como instrumento de garantia dos direitos humanos e da cidadania. No âmbito social, a pesquisa contribui para o fortalecimento de práticas educacionais comprometidas com a equidade, a inclusão e a justiça social. No contexto acadêmico, busca reunir e analisar contribuições teóricas e legais que auxiliem na compreensão dos avanços e dos desafios da inclusão escolar, oferecendo subsídios para futuras pesquisas e para o aperfeiçoamento das políticas públicas educacionais.

Diante desse cenário, emerge o seguinte problema de pesquisa: como a educação inclusiva pode ser efetivamente implementada como forma de garantir o direito à educação no contexto das escolas brasileiras? A compreensão dessa questão exige uma análise dos marcos legais que sustentam a inclusão, das condições necessárias para sua implementação e do papel desempenhado pelos profissionais da educação na construção de ambientes escolares verdadeiramente inclusivos. Nesse sentido, autores como Aranha (2001) e Stainback e Stainback (1999) defendem que a escola inclusiva deve romper com práticas excludentes, reconhecendo a diversidade como elemento essencial para o desenvolvimento da aprendizagem, da convivência democrática e da participação de todos os estudantes. Assim, o presente estudo tem como objetivo analisar a educação inclusiva como instrumento de efetivação do direito à educação no Brasil.

REFERENCIAL TEÓRICO

A educação inclusiva é compreendida como um processo contínuo de transformação das instituições educacionais, de modo a garantir o acesso, a permanência e a aprendizagem de todos os estudantes, especialmente aqueles que historicamente foram marginalizados pelo sistema educacional. O conceito de inclusão escolar transcende a simples inserção de alunos com deficiência nas escolas regulares, exigindo uma reconfiguração pedagógica, estrutural e cultural do ambiente educacional.

Segundo Mantoan (2003), a inclusão escolar representa uma ruptura com os modelos segregadores e excludentes do passado, requerendo que a escola se reinvente constantemente para atender à diversidade de seus alunos. Para a autora, a inclusão “não se limita à presença física do aluno com deficiência em sala de aula, mas pressupõe mudanças profundas nas práticas pedagógicas e na concepção de ensino e aprendizagem” (Mantoan, 2003, p. 45).

Aranha (2001) reforça que a efetivação da educação inclusiva está intimamente ligada à superação do paradigma da homogeneidade, historicamente presente nas instituições escolares. A autora salienta que “[...] o ideal de normalidade, presente nas práticas escolares, exclui toda e qualquer diferença que não se enquadre nos padrões estabelecidos, tornando urgente a valorização da diversidade como princípio pedagógico e ético” (Aranha, 2001, p. 62).

Outro importante referencial é o trabalho de Stainback e Stainback (1999), que abordam a inclusão como uma oportunidade de crescimento não apenas para o aluno com deficiência, mas para toda a comunidade escolar. Os autores afirmam que:

A inclusão beneficia todos os alunos ao promover uma cultura de cooperação, respeito e aceitação das diferenças. A escola inclusiva é aquela que reconhece o valor da diversidade e adapta seu currículo e

metodologia para atender às necessidades individuais dos estudantes (Stainback; Stainback, 1999, p. 27).

A literatura especializada também destaca a importância da formação docente para o sucesso da inclusão escolar. Professores precisam estar preparados para lidar com a diversidade em sala de aula, e isso exige formação específica, tanto na graduação quanto na formação continuada. De acordo com Oliveira e Duarte (2015), a ausência de preparo pedagógico adequado compromete a eficácia da inclusão, pois os docentes acabam reproduzindo práticas excludentes, muitas vezes por desconhecimento das alternativas metodológicas.

Além disso, é fundamental que as políticas públicas educacionais estejam alinhadas com os princípios da educação inclusiva, garantindo recursos financeiros, materiais e humanos para sua implementação. A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (Brasil, 2008) foi um marco nesse processo, ao estabelecer diretrizes para a construção de sistemas educacionais inclusivos em todos os níveis e modalidades de ensino.

Portanto, a revisão bibliográfica evidencia que a educação inclusiva é um direito respaldado por legislações nacionais e internacionais, e sua concretização depende de múltiplos fatores: políticas públicas consistentes, formação de professores, mudanças culturais nas escolas e adoção de práticas pedagógicas inovadoras. Apesar dos avanços legais, os desafios para uma inclusão efetiva ainda são muitos e exigem ações articuladas entre diferentes atores da sociedade.

METODOLOGIA

O presente estudo caracteriza-se como uma pesquisa de natureza qualitativa, desenvolvida por meio de revisão bibliográfica. A revisão bibliográfica possibilita reunir, sistematizar e interpretar conhecimentos produzidos sobre determinado tema, permitindo a compreensão crítica dos avanços, desafios e perspectivas relacionados à inclusão educacional.

Para a realização da pesquisa, foram consultadas publicações científicas disponíveis nas bases de dados Google Acadêmico, Scientific Electronic Library Online (SciELO), Biblioteca Virtual em Saúde (BVS) e no Portal de Periódicos da CAPES, reconhecidas pela relevância e abrangência na disseminação da produção científica nacional e internacional. Também foram analisados documentos oficiais, legislações e normativas que fundamentam a educação inclusiva no Brasil, como a Constituição Federal de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996), a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei

nº 13.146/2015), a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva e documentos publicados pelo Ministério da Educação.

A estratégia de busca foi realizada por meio da combinação dos descritores "educação inclusiva", "direito à educação", "educação especial", "formação docente", "políticas públicas educacionais" e "inclusão escolar", utilizando os operadores booleanos AND e OR, conforme as especificidades de cada base de dados. Foram considerados estudos publicados nos idiomas português e inglês, priorizando produções disponibilizadas entre os anos de 2015 e 2026, sem desconsiderar obras clássicas de referência indispensáveis para a fundamentação teórica do tema.

Como critérios de inclusão, foram selecionados artigos científicos, livros, dissertações, teses e documentos oficiais que abordassem diretamente a educação inclusiva, as políticas públicas educacionais, a formação de professores e os direitos das pessoas com deficiência. Foram excluídos trabalhos duplicados, publicações sem acesso ao texto completo, estudos que não apresentavam relação direta com os objetivos da pesquisa e materiais sem respaldo científico ou institucional.

A pesquisa foi desenvolvida em quatro etapas. Inicialmente, realizou-se o levantamento bibliográfico nas bases de dados previamente definidas. Em seguida, procedeu-se à leitura dos títulos, resumos e palavras-chave, selecionando os estudos potencialmente relevantes. Na terceira etapa, foi realizada a leitura integral das publicações selecionadas, seguida da organização das informações conforme os eixos temáticos relacionados à evolução das políticas públicas, aos desafios da inclusão escolar e à formação docente. Por fim, efetuou-se a análise crítica e interpretativa da literatura, estabelecendo relações entre os diferentes autores e os documentos legais que fundamentam a educação inclusiva no contexto brasileiro.

Por se tratar de uma pesquisa baseada exclusivamente em fontes bibliográficas e documentos de domínio público, sem envolvimento direto de seres humanos ou utilização de dados pessoais identificáveis, este estudo não necessitou de submissão ao Comitê de Ética em Pesquisa, conforme as normas vigentes para pesquisas dessa natureza. Dessa forma, foram respeitados os princípios éticos relacionados à utilização adequada das fontes consultadas, garantindo-se a correta citação dos autores e o atendimento às normas acadêmicas de produção científica.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

FORMAÇÃO DOCENTE E SUA INFLUÊNCIA NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

A formação docente é um dos pilares fundamentais para a concretização da educação inclusiva no Brasil. Não basta que as legislações assegurem o direito à inclusão; é necessário que os profissionais da educação estejam preparados, tanto teoricamente quanto pedagogicamente, para atuar de forma efetiva diante da diversidade em sala de aula.

Muitos professores ainda relatam insegurança quanto às práticas inclusivas, especialmente por não terem recebido formação específica durante sua graduação. Conforme aponta Oliveira e Duarte (2015), grande parte das licenciaturas no Brasil não aborda de maneira aprofundada os temas relacionados à deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades, o que compromete a qualidade da inclusão escolar. Isso evidencia a necessidade de rever os currículos dos cursos de formação inicial e investir em capacitações contínuas.

Além disso, a formação docente deve estar ancorada em uma concepção crítica da educação, que reconheça a diferença como um direito e não como um problema a ser superado. Segundo Mantoan (2006), “[...] a formação para a inclusão deve partir do princípio de que todo aluno tem o direito de aprender, e que é responsabilidade da escola organizar-se para atender às suas necessidades específicas” (Mantoan, 2006, p. 39).

A prática inclusiva também exige do professor uma postura reflexiva, sensível e colaborativa. É preciso romper com o paradigma do ensino transmissivo e adotar metodologias ativas que valorizem as múltiplas formas de aprendizagem. O trabalho coletivo entre docentes, especialistas da área da educação especial e a comunidade escolar é essencial para o sucesso da inclusão.

“Os professores que atuam em contextos inclusivos devem ser incentivados a construir conhecimentos em conjunto, compartilhar experiências e buscar alternativas pedagógicas que favoreçam a participação de todos os alunos” (Aranha, 2001, p. 74).

A escuta ativa, o planejamento individualizado e o uso de tecnologias assistivas são estratégias que ampliam as possibilidades de ensino e aprendizagem para alunos com deficiência. Todavia, a implementação dessas práticas depende diretamente da valorização e formação continuada dos docentes, que precisam ser apoiados por políticas públicas eficazes e sustentáveis.

Os resultados encontrados na literatura evidenciam que a formação continuada tem sido reconhecida como um dos principais mecanismos para fortalecer as competências docentes voltadas à educação inclusiva. Bulcão et al. (2022) observaram que professores que participam regularmente de programas de formação permanente demonstram maior segurança na elaboração de estratégias pedagógicas adaptadas e no planejamento de atividades que favorecem a participação de todos os estudantes. As autoras ressaltam que a formação continuada deve estar articulada às demandas reais do cotidiano escolar, promovendo espaços de reflexão coletiva sobre as dificuldades enfrentadas e as possibilidades de intervenção pedagógica.

Sob outra perspectiva, Mesquita e Araújo (2021), ao investigarem a percepção de estudantes de cursos de licenciatura, identificaram que a formação inicial ainda apresenta lacunas significativas quanto aos conteúdos relacionados à educação inclusiva. Os participantes reconheceram a importância da inclusão escolar, porém relataram insegurança para atuar diante da diversidade encontrada nas salas de aula, especialmente em relação ao atendimento de estudantes com deficiência. Esses resultados evidenciam a necessidade de fortalecer os currículos das licenciaturas, ampliando tanto os conhecimentos teóricos quanto as experiências práticas voltadas à educação inclusiva, de modo que os futuros professores ingressem na carreira com maior preparo para enfrentar os desafios da prática profissional.

Corroborando essa discussão, Dietrich Soares e Aparecida Soares (2021) destacam que a distância entre a formação inicial e as exigências da realidade escolar continua sendo um dos principais obstáculos para a efetivação da inclusão. As autoras afirmam que, embora as políticas educacionais tenham incorporado os princípios da educação inclusiva, muitos cursos superiores ainda abordam essa temática de forma superficial, restringindo-se ao cumprimento das exigências curriculares. Como consequência, os professores frequentemente iniciam sua atuação profissional sem domínio de metodologias inclusivas, avaliação diferenciada, adaptação curricular e recursos de acessibilidade, recorrendo à formação continuada como estratégia para suprir essas lacunas. Esse cenário demonstra que a consolidação da educação inclusiva depende da integração entre formação inicial consistente e processos permanentes de atualização profissional.

Além da qualificação docente, a efetividade da inclusão também está diretamente relacionada ao alinhamento entre as políticas públicas e as práticas desenvolvidas nas instituições escolares. Borges (2020) demonstra que a evolução da educação especial na perspectiva inclusiva no Brasil foi fortemente influenciada por documentos e organismos internacionais que passaram a defender a educação como um direito universal. Entretanto, a autora ressalta que a incorporação desses princípios ao contexto brasileiro ainda enfrenta desafios decorrentes das desigualdades regionais, das limitações estruturais das escolas e da insuficiência de investimentos em formação docente e recursos pedagógicos.

Portanto, investir na formação docente é investir na qualidade da educação como um todo. Sem esse compromisso, a inclusão corre o risco de tornar-se apenas um discurso sem efetividade prática, frustrando alunos, professores e famílias.

INFRAESTRUTURA ESCOLAR E ACESSIBILIDADE COMO BASE PARA A INCLUSÃO

A infraestrutura das escolas é um fator determinante para a concretização da educação inclusiva. De acordo com a legislação brasileira, como o Decreto nº 5.296/2004 e a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015), é dever das instituições de ensino garantir acessibilidade arquitetônica, pedagógica, comunicacional e atitudinal. No entanto, a realidade de muitas escolas públicas ainda está aquém do ideal.

Muitas instituições não possuem rampas, banheiros adaptados, sinalização adequada, materiais didáticos acessíveis ou recursos tecnológicos assistivos. Essa ausência de condições mínimas compromete o aprendizado e a permanência dos estudantes com deficiência. Como aponta Sassaki (2005), “[...] a acessibilidade é a base sobre a qual se constroem os direitos das pessoas com deficiência; sem ela, a inclusão torna-se inviável”.

Além da estrutura física, é fundamental que a escola conte com recursos humanos capacitados, como intérpretes de Libras, profissionais de apoio e professores especializados. Sem isso, a inclusão se limita à matrícula, sem garantir efetivamente o direito à aprendizagem.

Os estudos mais recentes reforçam que a infraestrutura escolar representa um dos principais indicadores da qualidade da educação inclusiva. Santos e Capellini (2021) demonstram que a presença de adaptações arquitetônicas, como rampas, corrimãos, sanitários acessíveis e sinalização adequada, influencia diretamente a permanência e a participação dos estudantes com deficiência nas atividades escolares. Entretanto, as autoras verificaram que muitas escolas brasileiras ainda apresentam limitações estruturais significativas, evidenciando que a existência de legislações específicas não garante, por si só, a efetivação da acessibilidade. Os resultados apontam que as desigualdades entre as redes de ensino e a insuficiência de investimentos comprometem a consolidação de ambientes escolares verdadeiramente inclusivos.

Além da acessibilidade física, observa-se que a infraestrutura deve contemplar recursos pedagógicos e tecnológicos capazes de atender às diferentes necessidades educacionais. Araújo et al. (2025) destacam que a inclusão depende da integração entre espaços acessíveis, tecnologias assistivas e metodologias de ensino que favoreçam a participação ativa dos estudantes. Os autores ressaltam que ambientes escolares planejados de forma inclusiva ampliam as oportunidades de aprendizagem, fortalecem a autonomia dos alunos e

contribuem para a redução das barreiras que historicamente dificultam sua participação no processo educativo. Dessa forma, a infraestrutura deve ser compreendida como parte integrante da proposta pedagógica da escola, e não apenas como requisito arquitetônico.

Outro aspecto evidenciado na literatura refere-se à necessidade de monitoramento permanente das condições de acessibilidade nas instituições de ensino. Ecker e Pontarolo (2024) analisaram indicadores de acessibilidade em escolas brasileiras e identificaram avanços importantes decorrentes da ampliação das políticas públicas voltadas à inclusão. Contudo, os autores observaram que persistem diferenças expressivas entre regiões e sistemas de ensino, especialmente no que se refere à oferta de recursos multifuncionais, materiais didáticos acessíveis, tecnologias assistivas e profissionais especializados. Esses resultados demonstram que a implementação da educação inclusiva ocorre de forma heterogênea no país, refletindo desigualdades estruturais que ainda precisam ser enfrentadas pelas políticas educacionais.

Em conjunto, os estudos analisados evidenciam que a construção de escolas inclusivas exige investimentos contínuos em infraestrutura física, acessibilidade comunicacional, recursos pedagógicos e qualificação das equipes escolares. A efetivação do direito à educação não depende exclusivamente da eliminação de barreiras arquitetônicas, mas da criação de ambientes capazes de assegurar participação, autonomia e aprendizagem para todos os estudantes. Assim, os resultados discutidos convergem para a compreensão de que infraestrutura, acessibilidade e práticas pedagógicas inclusivas constituem dimensões indissociáveis na promoção de uma educação comprometida com os princípios da equidade, da cidadania e da valorização da diversidade.

PARTICIPAÇÃO DA FAMÍLIA NO PROCESSO INCLUSIVO

Outro aspecto essencial para o êxito da educação inclusiva é a participação ativa da família no processo educativo. A parceria entre escola e família fortalece o vínculo afetivo, amplia a compreensão sobre as necessidades dos alunos e contribui para o planejamento de estratégias pedagógicas mais eficazes, tornando o processo de aprendizagem mais coerente com a realidade do educando. A família representa o primeiro espaço de socialização do indivíduo e, portanto, carrega consigo conhecimentos valiosos sobre o aluno, que devem ser incorporados pela escola em sua prática educativa.

Segundo Carvalho (2004), a escuta da família permite identificar as potencialidades e os desafios enfrentados pelos estudantes fora do ambiente escolar, promovendo uma educação mais integral e contextualizada. Isso é ainda mais relevante quando se trata de alunos com deficiência ou necessidades educacionais específicas, cuja trajetória envolve não apenas barreiras físicas, mas também emocionais, sociais

e culturais. A construção conjunta de um plano educacional individualizado pode ser mais eficiente quando a família está envolvida no processo desde o diagnóstico até o acompanhamento das ações pedagógicas.

Ainda que muitas famílias enfrentem dificuldades sociais e econômicas, seu engajamento é decisivo para o fortalecimento do projeto pedagógico inclusivo. Infelizmente, nem todas conseguem estabelecer uma relação efetiva com a escola, seja por ausência de tempo, por falta de acolhimento por parte da equipe escolar ou por não se sentirem ouvidas nas decisões que envolvem seus filhos. Romper com essa distância exige da escola uma postura receptiva, que reconheça a diversidade de contextos familiares e promova uma comunicação respeitosa, constante e bidirecional.

É importante que as escolas criem espaços de escuta, diálogo e orientação às famílias, reconhecendo-as como protagonistas na formação dos alunos. Reuniões, oficinas, rodas de conversa, conselhos escolares participativos e ações comunitárias são exemplos de iniciativas que podem fortalecer essa relação. Além disso, o uso de tecnologias de comunicação e redes sociais pode contribuir para a aproximação e a troca de informações entre família e escola.

Como destaca Aranha (2001), “[...] a inclusão não acontece apenas na escola, mas também nas relações sociais e familiares que sustentam a experiência educacional do sujeito”. Dessa forma, o trabalho colaborativo entre educadores e familiares contribui não apenas para o sucesso acadêmico, mas também para o desenvolvimento pessoal, emocional e social dos estudantes.

A literatura recente reforça que a participação da família constitui um dos fatores mais relevantes para o sucesso da educação inclusiva, uma vez que favorece a construção de vínculos entre os diferentes atores envolvidos no processo educativo. Branco et al. (2021), em revisão sistemática da literatura, verificaram que a colaboração entre família, escola e profissionais especializados contribui significativamente para o desenvolvimento acadêmico, social e emocional dos estudantes com deficiência. Os autores destacam que o envolvimento familiar amplia a compreensão das necessidades individuais dos alunos e fortalece a tomada de decisões compartilhadas, possibilitando intervenções pedagógicas mais coerentes com a realidade de cada estudante.

Sob essa perspectiva, Borba et al. (2024) ressaltam que a família deve ser reconhecida como protagonista no processo de inclusão escolar, deixando de ocupar uma posição meramente informativa para participar ativamente do planejamento, da execução e da avaliação das ações educativas. Os autores evidenciam que escolas que estabelecem canais permanentes de diálogo com as famílias tendem a apresentar melhores resultados quanto à adaptação dos estudantes, à redução das dificuldades de aprendizagem e ao fortalecimento do sentimento de pertencimento ao ambiente escolar. Esses achados demonstram que a

corresponsabilidade entre família e escola favorece a construção de práticas pedagógicas mais humanizadas e inclusivas.

Campos e Ribeiro (2023) acrescentam que o apoio familiar exerce influência direta sobre o desenvolvimento da autonomia, da autoestima e da socialização dos estudantes com deficiência. Segundo os autores, quando a família participa das atividades escolares, acompanha o processo de aprendizagem e mantém comunicação constante com os professores, cria-se uma rede de apoio que potencializa o desenvolvimento das competências acadêmicas e das habilidades socioemocionais. Entretanto, o estudo também evidencia que muitas famílias enfrentam dificuldades relacionadas ao desconhecimento de seus direitos, às limitações socioeconômicas e à escassez de políticas públicas que promovam orientação e acompanhamento sistemático.

Os resultados apresentados pelos estudos analisados convergem para a compreensão de que a educação inclusiva somente alcança sua plena efetividade quando família e escola atuam de forma integrada, compartilhando responsabilidades e objetivos comuns. Mais do que acompanhar o desempenho escolar, a participação familiar fortalece a construção de uma cultura inclusiva baseada no diálogo, no respeito às diferenças e na valorização das potencialidades dos estudantes. Assim, a literatura evidencia que políticas públicas voltadas ao fortalecimento dessa parceria, associadas a práticas institucionais acolhedoras e participativas, representam estratégias essenciais para assegurar uma educação de qualidade, democrática e verdadeiramente inclusiva.

Quando a família participa ativamente do processo educacional, cria-se uma rede de apoio sólida que favorece o bem-estar do aluno e estimula a construção de uma escola mais humana, acolhedora e sensível às necessidades de todos. A corresponsabilidade entre família e escola é, portanto, um dos pilares fundamentais da educação inclusiva de qualidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho teve como eixo central a discussão sobre a educação inclusiva no Brasil como um instrumento fundamental para a efetivação do direito à educação. A partir da análise de referenciais teóricos e legais, buscou-se compreender como as práticas inclusivas são construídas no contexto escolar e quais os desafios enfrentados para que a diversidade seja efetivamente acolhida e valorizada.

Foi possível constatar que, apesar dos avanços normativos, como a Constituição Federal de 1988, a LDB (Lei nº 9.394/96) e a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva

(2008), a realidade das escolas brasileiras ainda apresenta obstáculos significativos à inclusão. Entre eles, destacam-se a falta de formação específica dos professores, a escassez de recursos pedagógicos acessíveis, a sobrecarga dos profissionais da educação e a resistência cultural à valorização das diferenças.

Os resultados sinalizam que a formação docente, tanto inicial quanto continuada, exerce papel crucial na transformação das práticas pedagógicas e na consolidação de uma cultura escolar inclusiva. Professores preparados tendem a adotar estratégias mais flexíveis, colaborativas e sensíveis às necessidades individuais de seus alunos, contribuindo para ambientes educacionais mais democráticos e participativos.

Finalmente, acredita-se que a inclusão não é uma tarefa que se resolve unicamente por meio de leis ou decretos. Ela demanda envolvimento político, ético e humano de todos os atores envolvidos no processo educacional — gestores, docentes, alunos, famílias e sociedade. O compromisso com a inclusão deve ser diário e coletivo, sustentado por políticas públicas eficazes e por uma visão de educação que reconheça a diferença como parte essencial da condição humana.

Conclui-se, portanto, que a educação inclusiva é uma construção contínua e complexa, mas absolutamente necessária para que o direito à educação deixe de ser apenas uma promessa e se torne uma realidade concreta para todos.

REFERÊNCIAS

ARANHA, Maria Salete Fábio. **Paradigmas do atendimento às diferenças na escola**. São Paulo: Moderna, 2001.

ARAUJO, Tiago do Amor Divino *et al.* Escolas acessíveis: desafios e avanços na infraestrutura e metodologias inclusivas. **ARACÊ**, v. 7, n. 3, p. 12794-12808, 2025.

BORBA, Márcia *et al.* O protagonismo da família no processo de inclusão escolar da criança com deficiência. **Revista Diálogos Interdisciplinares**, v. 4, n. 16, p. 1000-1016, 2024.

BORGES, Adriana. Educação Especial na perspectiva inclusiva no Brasil: análise da influência internacional no contexto local. **Currículo sem Fronteiras**, 2020.

BRANCO, Karina de Moraes *et al.* A participação da família no processo de inclusão social: uma revisão sistemática da literatura. **RECIMA21-Revista Científica Multidisciplinar-ISSN 2675-6218**, v. 2, n. 6, p. e26438-e26438, 2021.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 10 abr. 2025.

BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC/SEESP, 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducspecial.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2025.

BULCÃO, Aline de Jesus; DA SILVA, Fabrícia Gomes; ALVES, Kátia Elyzabeth Charapa. Formação continuada: concepções e práticas para uma educação inclusiva no Ensino Fundamental I. **Ensino em Perspectivas**, v. 3, n. 1, p. 1-11, 2022.

CAMPOS, Heitor Benjamim; RIBEIRO, Amanda Codeço. A importância da família no processo da educação inclusiva. **Revista Científica Multidisciplinar UNIFLU**, v. 8, n. 1, p. 4-17, 2023.

CARVALHO, Rosita Edler de. **Inclusão: o paradigma da diversidade**. 4. ed. Rio de Janeiro: WVA, 2004.

DIETRICH SOARES, Vitória; APARECIDA SOARES, Natalia. Formação inicial docente x educação inclusiva: desafios e possibilidades. **Investigações em Ensino de Ciências**, v. 26, n. 2, 2021.

ECKER, Daiana Aparecida Furlan; PONTAROLO, Edilson. Direito à educação inclusiva: análise dos indicadores de acessibilidade nas escolas do contexto brasileiro. **Revista Educação & Ensino-ISSN 2594-4444**, v. 8, n. 1, 2024.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Ensino e aprendizagem na escola inclusiva**. São Paulo: Summus, 2006.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003.

MESQUITA, Elza; ARAÚJO, Joaquim. Educação inclusiva e formação de professores: o que dizem os estudantes?. **Revista Internacional de Formação de Professores**, v. 6, p. 1-27, 2021.

OLIVEIRA, Rosely de; DUARTE, Newton. Formação de professores para a educação inclusiva: tensões e possibilidades. **Revista Educação & Sociedade**, Campinas, v. 36, n. 131, p. 865–885, out./dez. 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/FKH8jPXnrgS3BnpdJmVQhrF/>. Acesso em: 10 abr. 2025.

SANTOS, Camila Elidia Messias dos; CAPELLINI, Vera Lucia Messias Fialho. Inclusão escolar e infraestrutura física de escolas de ensino fundamental. **Cadernos de Pesquisa**, v. 51, 2021.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão: construindo uma sociedade para todos**. 4. ed. Rio de Janeiro: WVA, 2005.

STAINBACK, Susan; STAINBACK, William. **Inclusão: um guia para educadores**. Porto Alegre: Artmed, 1999.